

O Projeto Político Pedagógico e as possíveis conexões com as políticas externas

The Political Pedagogical Project and the possible connections with foreign policies

Fernanda Ferreyro Monticelli¹

Rosalba Lima Coutinho²

Bruno Cavalcante³

Resumo: O artigo objetiva refletir sobre o Projeto Político Pedagógico/PPP de uma escola situada em Caxias do Sul com as possíveis orientações de políticas internacionais. Como metodologia, realizamos uma análise descritiva de uma escola da rede de ensino municipal de Caxias do Sul e estabelecemos relações com estudos sobre as políticas externas. A Análise foi realizada com base em Boaventura de Sousa Santos, para relacionar as políticas mundiais com as locais e Celso Vasconcellos para abordar sobre o PPP. Concluímos que na região de Caxias do Sul, o município expressa tentativas de construção do Projeto Político Pedagógico na qual considere princípios emancipatórios como a participação da comunidade. Por sua vez, possivelmente atende a outros atos regulatórios internacionais.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico. Escola. Rede de ensino.

Abstract: The article aims to reflect on the Political-Pedagogical Project/PPP of a school located in Caxias do Sul with the possible guidelines of international policies. As a methodology, we carried out a descriptive analysis of a school in the municipal education network of Caxias do Sul and established relationships with studies on external policies. The Analysis was carried out based on Boaventura de Sousa Santos, to relate global policies with local ones and Celso Vasconcellos to address the PPP. We conclude that in the region of Caxias do Sul, the municipality expresses attempts to build a political pedagogical project in which it considers emancipatory principles such as community participation. In turn, it possibly complies with other international regulatory acts.

Keywords: Political-Pedagogical Project. School. Education network.

¹ Professora Visitante do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, campus Caxias do Sul. Pedagoga. Doutorado em Práticas Inclusivas pelo PPGE/UFES. E-mail: fernanda.monticelli@caxias.ifrs.edu.br

² Professora da Rede Municipal de Vitória/ES. Mestre em Educação pelo PPGE/UFES. E-mail: rosalba.lima92@gmail.com

³ Licenciando em Matemática pelo IFRS de Caxias do Sul. Graduado em Música pela UFRGS. bruno.cavalcante@caxias.ifrs.edu.br



Introdução

Este artigo objetiva refletir sobre o Projeto Político Pedagógico/PPP de uma escola situada em Caxias do Sul com as possíveis orientações de políticas internacionais. Nossa questão de investigação se concentra em verificar se existem alternativas credíveis de resistência ao capitalismo global face aos documentos curriculares, tais como o PPP do município e de uma escola de Caxias do Sul.

O termo “projeto” é oriundo do latim *projectu*, que significa “algo lançado à frente”. Veiga (2013) afirma que um projeto se refere a um plano para realização de um ato e também pode significar desejo, propósito, intuito. Em relação à expressão “político”, deve-se ao fato de ser construído em uma escola, ou seja, um espaço de formação de cidadãos conscientes e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, e ao assim transformam os rumos da sociedade. E é um projeto “pedagógico”, pois define e organiza as atividades educativas requeridas ao processo de ensino e aprendizagem. Para corroborar, lembramos o pressuposto apresentado por Vasconcellos (2010), segundo o qual o Projeto Político Pedagógico (ou Projeto Educativo) é o plano global da instituição. Trata-se de uma sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, o qual se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, além de definir o tipo de ação educativa que se quer realizar. O PPP é um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. “É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição em processo de transformação. O Projeto Político Pedagógico envolve também uma construção coletiva de conhecimento” (VASCONCELLOS, 2010, p.169).

Assim, embora o PPP envolva uma construção coletiva de conhecimento, de forma padronizada, as escolas do município de Caxias do Sul optaram por usar a nomenclatura “Proposta Pedagógica” para se referir ao PPP. Portanto, iremos nos referir ao PPP da escola usando, indiferentemente, tanto a nomenclatura estabelecida no próprio documento (Proposta Pedagógica), quanto o nome usual encontrado na literatura – Projeto Político Pedagógico (PPP).

Ao entender desse modo o PPP, tivemos como propósito neste trabalho abordar seus aspectos teórico e prático, fazendo ressaltar a natureza mutacional desse documento, que é atrelado a um fazer escolar ativo, pois tem articulação prática. Nesse sentido, a visita à escola nos proporcionou uma visão concreta da presença do PPP na atividade escolar.

Reflexões Teóricas sobre o Projeto Político-Pedagógico

O PPP trata da sistematização do trabalho pedagógico da escola e de suas dinâmicas de modo geral. O PPP pode ser compreendido como um documento referencial para que o trabalho escolar seja organizado e traça o caminho de metas futuras:

O PPP vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e atividades diversas. O projeto não é algo construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola (VEIGA,1995).

Ainda, segundo o pensamento de Vasconcellos (2007), a partir do Projeto Político Pedagógico surgem concepções e finalidades que vão dar direção às ações da comunidade escolar. A sua elaboração é o referencial principal para construção da identidade escolar, bem como dos professores e demais profissionais que fazem parte da escola. O Projeto Político Pedagógico contribui na organização das atividades e dos projetos educacionais para auxiliar no processo de ensino, colaborando de forma decisiva na formação do cidadão que a nossa sociedade precisa. Eynng (2002) afirma que o Projeto Político Pedagógico se define como:

Projeto porque faz uma projeção da intencionalidade educativa para futura operacionalização [...], político porque define uma posição do grupo, supõe uma proposta coletiva consciente, fundamentada e contextualizada para a formação do cidadão [...], pedagógico porque define a intencionalidade formativa, expressa uma proposta de intervenção formativa (EYNG, 2002, p.26).

É político, pois apresenta um conjunto de fenômenos e de práticas relativas ao estado ou, no caso a uma micro sociedade (escola), inserida em uma macro sociedade, e dessa inserção, reflete seus valores e aspectos. E é pedagógico, pois está relacionado ao ato educativo (RODRIGUES; DRAGO, 2008).

Portanto, para que possamos desenvolver a construção do Projeto Político Pedagógico é preciso haver participação de todos que compõem a comunidade escolar. O processo de sua elaboração deve visar ações que, por meio da prática escolar, venham a gerar questionamentos sobre a realidade local. Sendo assim, o Projeto Político Pedagógico deve projetar o que a escola pretende alcançar, traçando os caminhos que tire a comunidade escolar da zona de conforto. Ele também tem a função de impulsionar na busca de novos caminhos e novos objetivos relacionados à pluralidade que compõem o ambiente escolar.

Metodologia

O presente estudo é um relato de experiência de abordagem qualitativa (LUDKE e MARLI, 1986) e tomou como objeto a descrição da análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) do município de Caxias do Sul/RS e de uma escola pública de ensino fundamental desta rede municipal. O relato de experiência trata do registro de experiências vivenciadas (LUDKE; CRUZ, 2010) e apresenta uma modalidade de redação crítica-reflexiva (MUSSI, 2021).

O estudo foi feito envolvendo a análise descritivo documental, com base em fonte primária, por meio do PPP disponibilizado de forma *on line*. É importante esclarecer que o texto se serve da ruptura sobre as análises das influências internacionais com a descrição de alguns dados do PPP da escola. Esta ruptura é proposital, pois instiga o leitor a se questionar de que modo medidas globais estão presentes em um documento como o PPP, o qual não revela essas interferências. Para Silva (2003), o que se constata no mundo social é um aproveitamento do desconhecimento sobre a influência e as pressões externas, emanadas das instituições financeiras, para fazê-las chegar de diferentes maneiras e por diferentes sujeitos ao interior da escola. Nesse sentido, quando analisamos as informações sobre o PPP da escola, praticamente não se percebe como aquelas informações de âmbito interno, municipal estão relacionadas com políticas externas.

Não houve a elaboração de categorias *a priori* para análise dos dados. E sim, uma imersão nos documentos, os quais com base neles foram feitos estudos sobre as políticas internacionais com a educação, tais como: Silva (2003); Coutinho (2008); Pereira (2009) e Pronko (2015).

Para o relato da experiência foi realizada uma visita de campo à escola quando foram feitas observações diretas sobre o local e tivemos a oportunidade de conversar informalmente, sem perguntas estruturadas, com a diretora e com a coordenadora pedagógica sobre a elaboração do seu PPP. A conversa serviu apenas para complementar informações, indicar onde encontrar o PPP da escola.

Sobre o local visitado

A escola está inserida na zona urbana de Caxias do Sul. Trata-se de uma escola de porte médio, possuindo aproximadamente 560 alunos, dos quais cerca de 515 são do Ensino Fundamental e 45 da Educação Infantil. A escola trabalha com dois turnos, manhã e tarde, e atende crianças a partir de 5 anos na Educação Infantil, oferecendo também o Ensino Fundamental completo, do 1.º ao 9.º ano.

As famílias atendidas pela escola possuem grande diversidade socioeconômica e cultural. Muitas dessas famílias são formadas por pessoas que migraram de outras cidades do Rio Grande do Sul, tendo vindo à Caxias do Sul em busca de maiores oportunidades de emprego e melhor qualidade de vida, o que é um traço característico da cidade.

Caxias do Sul é uma cidade localizada na serra gaúcha e ocupa o posto de segunda cidade mais populosa do Rio Grande do Sul, tendo 523.716 moradores, conforme levantamento do IBGE de 2021⁴. A cidade recebeu grande leva de imigrantes italianos no final do século XIX e início do século XX, que marcaram fortemente os aspectos culturais, econômicos e sociais da cidade. De acordo com a apresentação da cidade, exibida no site da prefeitura do município⁵:

O acesso ao PPP e outros documentos foi autorizado pela diretora da escola ao solicitarmos na visita, os quais estão disponíveis para consulta pública no site do Portal da Educação^{6,7}

O localismo globalizado e o Projeto Político pedagógico

De acordo com Santos (2008), o localismo globalizado é uma condição local que foi integrada na globalização hegemônica e até mesmo criada por esta de modo a interferir no local. Nesse sentido, ao situar o Projeto Político Pedagógico inserido em uma realidade local, mais precisamente na cidade de Caxias do Sul, é preciso ter presente que mesmo uma construção local está atrelada à macro estruturas. Ou seja, “[...] não há globalização sem localização [...]” (SANTOS, 2008, p. 112).

Esta relação do âmbito externo com o interno (local) não é feita com imposições. Para Pereira (2009), Pereira e Pletsch (2021) o Banco Mundial, para se ter uma ideia, age desde suas origens como um ator político, intelectual e financeiro ao emprestar, formular políticas, produzir e veicular ideias sobre o quê, como fazer, quem e para quem, tendo em vista o desenvolvimento capitalista. O modo de implantação das suas políticas, tanto pode ser pela coerção, como pela persuasão.

As interferências das macropolíticas são históricas, conforme relembra Silva (2003) ao mencionar as influências desde a época dos jesuítas ou da corte portuguesa e

4 <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/caxias-do-sul/panorama>

5 <https://www.caxiense.com.br/post/caxias-do-sul-o-berco-da-nossa-historia>

6 <https://educacao.caxias.rs.gov.br/>

7 <https://educacao.caxias.rs.gov.br/gestao/direcao-administrativa-2/escrituracao-escolar/proposta-pedagogica>

como estas macroestruturas repercutiram na educação local, na elitização do ensino. Para ilustrar, a autora cita a lei da época do Brasil Império, de 15 de novembro de 1827, na qual determinava que em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos haveria as escolas de primeiras letras.

No caso do Projeto Político Pedagógico, ele atende às avaliações externas que fazem parte do contexto educacional mundial há algumas décadas, de modo que os organismos internacionais são os principais divulgadores dos resultados desses processos avaliativos. “[...] é necessário insistir que as ações do Banco Mundial modificam as ações pedagógicas no interior da escola, que aparentemente vêm da secretaria (SILVA, 2003, p. 298).

As organizações internacionais têm o poder de modelar e influenciar nos debates acerca da política educacional tanto no âmbito local quanto no âmbito mundial, estabelecendo os referenciais de padrões e desempenho nos países que estabelecem os acordos financeiros, quase sempre vinculados a parcerias e cooperação, que têm como finalidade estabelecer as diretrizes educacionais de cada país. De acordo com Pronko (2015, p. 109) “ao longo das últimas décadas, o Banco Mundial se tornou o principal articulador das orientações de política em educação para os países em desenvolvimento” [...].

Sendo assim, o processo de Avaliação Externa inicia-se em nosso país sobretudo por volta dos anos de 1990, como desdobramentos dos acordos financeiros firmados com organismos internacionais, como Banco Mundial (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012). As regras estabelecidas no acordo apontam para realização de avaliações. Os resultados quantitativos desse processo avaliativo são monitorados, principalmente os que se referem às aprendizagens, e são tratados como referenciais primordiais para a atuação no sistema produtivo (LIBÂNEO, 2013).

Diversos estudos denunciam as repercussões da avaliação externa no trabalho pedagógico, influenciando na gestão escolar, nos projetos realizados, na organização curricular, nas práticas em sala de aula e no processo formativo dos estudantes (MENEGÃO, 2016).

Na esteira desse movimento, atualmente percebemos que o monitoramento e a cobrança por resultado proveniente da avaliação externa, provoca um movimento de alinhamento da sistematização do trabalho pedagógico, tencionando para a padronização de conteúdos e métodos, tomando como empréstimo do mundo empresarial, métodos que buscam imprimir padronizações gerenciais. Uma das consequências implícitas dessa organização pode ser entendida como o controle

gerencial do desempenho dos servidores no interior da escola, sobretudo, dos professores (RODRIGUES, 2020).

Cabe ressaltar que a aplicação da avaliação externa como um instrumento censitário vem provocando, em algumas redes pelo país, um processo de *ranking* entre as unidades de ensino, instituindo um sistema de recompensa, vinculada ao desempenho nas avaliações externas (BONAMINO; SOUSA; ZAKIA, 2012). Essas recompensas vêm através de premiações coletivas e individuais. Tal processo não considera a territorialidade da unidade de ensino, os fatores sociais e econômicos onde a unidade de ensino está inserida. Por isso que o ranking e as premiações não têm se caracterizado como algo positivo na maioria dos sistemas de ensino, pois acaba por responsabilizar a unidade de ensino e/ou os profissionais que atuam nela pelo insucesso apresentado no desempenho da avaliação externa (FREITAS, 2013). Segundo Menegão (2016), as avaliações externas possuem forte influências de caráter regulador e indutor, demarcando no currículo escolar o que deve ser ensinado. Apontam para um processo de ensino voltado para o básico. Compreendemos, por básico, o mínimo, mas, no cenário dos testes, o básico está sendo entendido como máximo.

Este básico entendido como máximo, não representa o processo democrático, no qual todos têm direito à educação de qualidade, uma vez que para os grupos sociais historicamente excluídos da escola, o currículo trabalhado, básico e máximo em realidade oculta, silencia outros conhecimentos necessários à emancipação social. Nesse sentido, lembramos a afirmação de Santos (2008) quando afirma que muitos dos movimentos emancipatórios das últimas décadas começaram por ser lutas locais travadas contra a exclusão social imposta ou intensificada pela globalização neoliberal.

Santos (2008), faz esta afirmação ao se referir à ecologia das trans escalas, ou seja, quando a lógica do universalismo abstrato e da escala global é confrontada pela sociologia das ausências por meio da recuperação simultânea de aspirações universais ocultas e de escalas locais/globais alternativas, mas que não resultam da globalização hegemônica.

Lançado no fim de 2017, sob o título “Um Ajuste Justo- Análise da Eficiência e Equidade do Gasto Público no Brasil”, este relatório elaborado pelos economistas do Banco Mundial analisa oito áreas do gasto público no Brasil, e afirma que ‘o governo gasta mais que pode e, além disso, gasta mal’ (GUERRA e FIGUEIREDO, 2021). Teve como objetivo definir metas para o governo a longo prazo. Como o Banco Mundial é a principal agência formuladora dos programas que são implementados na educação brasileira, uma das metas traçadas para implementação propõe que a “rigidez” imposta na constituição de vinculação de recursos seja flexibilizada, para que haja a desoneração de gastos,

exemplos folha de pagamento dos servidores e a outra meta já cumprida pelo Governo foi a Reforma da Previdência, no que diz respeito à aposentadoria.

O documento é bem abrangente, trata de políticas para o setor industrial, apoio empresarial e sobretudo no último tópico, versa sobre gastos em Educação, intitulado “Gastar Mais ou Melhor? Eficiência e Equidade da Educação Pública”.

Essas medidas trazem efeitos que incidem mais diretamente em determinados setores da sociedade e do Estado, particularmente, os estudantes, os trabalhadores da saúde e educação, os aposentados e pensionistas, os funcionários públicos, os beneficiários de programas sociais. Na vertente dessas medidas, o professorado é responsabilizado, pois como afirma Moreto (2020), a tônica é de responsabilizar o professor, bem como o discurso do seu fracasso ao apresentar resultados de uma formação inadequada aos padrões da globalização.

O tópico do documento que é destinado para área da educação tem como centralidade a privatização de diversos setores educacionais, ou seja, acelera o que já presenciamos a passos largos nas últimas décadas. As diretrizes propostas no tópico da Educação Pública, visa, portanto, consolidar a concepção de sociedade e educação, onde os valores empregados são os da consolidação do Estado Neoliberal. Com sua estrutura educativa baseada na Teoria do Capital Humano, necessária para dar sustentação à geopolítica do Capitalismo Mundial, para a educação brasileira, a sua implementação representa mais um retrocesso na política de universalização e a garantia de uma boa educação para todos.

Delineamentos da Proposta Pedagógica da escola visitada

A seguir vamos realizar uma descrição do que encontramos como Projeto Político Pedagógico em uma escola municipal de Caxias do Sul. A Proposta Pedagógica da escola objeto do estudo é um documento sucinto, de 30 a 40 páginas.

Com relação aos tópicos, segue figura 1 com a imagem do Sumário da Proposta Pedagógica:

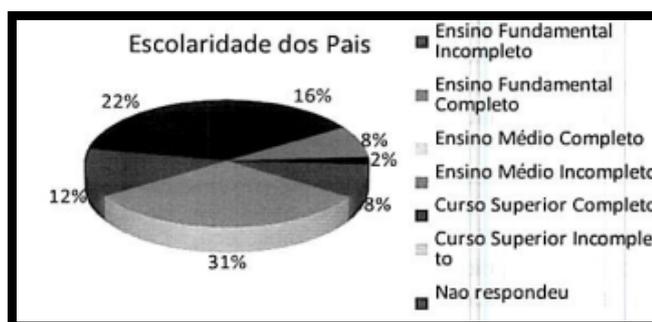
Figura 1: Proposta Pedagógica da escola visitada

| SUMÁRIO | |
|---|-----------|
| APRESENTAÇÃO..... | 4 |
| 1. DA ESCOLA..... | 5 |
| 1.1 Diagnóstico..... | 5 |
| 1.2. Gestão Escolar..... | 10 |
| 1.3. Princípios de Convivência..... | 11 |
| 2. DAS CONCEPÇÕES FILOSÓFICAS E PEDAGÓGICAS DA ESCOLA..... | 11 |
| 3. DOS OBJETIVOS DAS ETAPAS DE ENSINO E RESPECTIVAS MODALIDADES..... | 15 |
| 3.1. Etapa da Educação Infantil..... | 15 |
| 3.2 Etapa do Ensino Fundamental..... | 16 |
| 3.3. Modalidade Educação Especial..... | 17 |
| 4. DO CURRÍCULO ESCOLAR..... | 17 |
| 4.1. Concepção de Currículo..... | 17 |
| 4.1.1. Currículo da Etapa Educação Infantil..... | 19 |
| 4.1.3 Currículo da Modalidade Educação Especial..... | 23 |
| 4.1.4. Temas transversais e integradores..... | 24 |
| 5. DAS CARACTERÍSTICAS DA CRIANÇA DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ESTUDANTE DO ENSINO FUNDAMENTAL AO FINAL DAS RESPECTIVAS ETAPAS..... | 24 |
| 6. DA INSERÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA E TRANSIÇÃO ENTRE E INTRA ETAPAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA..... | 26 |
| 6.1. Inserção das crianças nos espaços escolares: da família à escola..... | 26 |
| 6.2. Transição entre e intra etapas da Educação Básica..... | 27 |
| 7. DA METODOLOGIA DO ENSINO (Princípios Metodológicos)..... | 29 |
| 8. DA AVALIAÇÃO..... | 30 |
| 9. REFERÊNCIAS CONSULTADAS..... | 34 |

Fonte: Site com a proposta pedagógica da escola de Caxias do Sul.

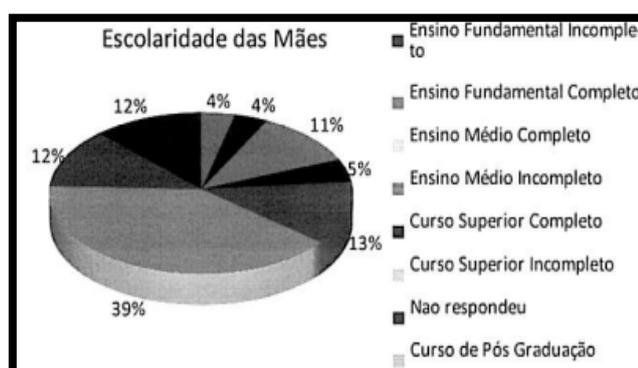
Vemos que se trata de um documento abrangente. No que diz respeito à Proposta Pedagógica da escola visitada, de início, obtivemos um histórico detalhado da escola, desde a sua criação, apresentando todo o contexto da sua origem bem como a evolução do seu espaço físico e da sua estrutura no decorrer do tempo (ampliação do prédio e, conseqüentemente, do número de salas, do quadro docente, alteração do nome da escola, criação do Círculo de Pais e Mestres etc.). Há também uma discussão sobre a comunidade em que ela está inserida, bem como o perfil das famílias dos alunos, conforme figura 2:

Figura 2: Escolaridade dos pais da escola



Fonte: Proposta pedagógica da escola de Caxias do Sul.

Figura 2: Escolaridade das mães

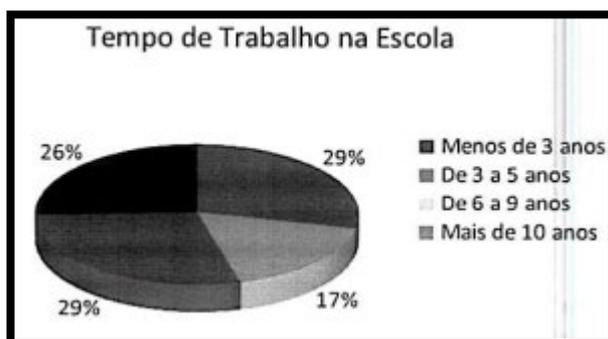


Fonte: Proposta pedagógica da escola de Caxias do Sul

A informação sobre a escolaridade dos pais é relevante, pois está relacionada ao capital cultural (BOURDIEU, 1998), ou seja, a uma maior ou pior disposição dos estudantes para a aprendizagem, para um resultado de sucesso ou fracasso escolar. A escola não pode ocupar o lugar de mera reprodutora da sociedade e nesse sentido, além das políticas públicas de incentivos aos adultos para completar sua escolarização, a escola precisa responder a que função pretende ocupar, de modo que os estudantes aprendam os conhecimentos historicamente transmitidos pela sociedade e completem com êxito seu processo de escolarização. Portanto, o Projeto Político Pedagógico, ao seguir um padrão, um modelo e principalmente, se não for construído no coletivo, com reuniões com os docentes, se não forem oferecidas formações aos professores para que se coloquem criticamente como atores da construção de uma sociedade mais plural, com igualdade; então estará exercendo o mero papel de reprodutora das desigualdades sociais.

Sobre os professores, conforme observado na figura 3, citamos dados concernentes ao tempo destes na escola e seu grau de formação:

Figura 3: Tempo de Trabalho na Escola



Fonte: Proposta pedagógica da escola de Caxias do Sul

A escola possui 45 professores. Com relação ao tempo em que atuam na escola, os dados apresentados trazem bastante equilíbrio quanto às faixas pesquisadas. A maioria deles (29%) trabalha na escola há mais de 10 anos. Decrescendo na faixa de tempo, 17% estão na escola dentre 6 a 9 anos. Os percentuais de 3 a 5 anos (26%) e menos de 3 anos (26%) confirmam também esse equilíbrio.

Figura 4: Formação dos Professores



Fonte: Proposta pedagógica da escola de Caxias do Sul

No que diz respeito à formação dos professores, observando a figura 4, percebemos que a escola atesta o fato da grande maioria do corpo docente (71%) possuir pós-graduação.

Há ainda uma exposição sobre o desempenho escolar dos alunos nos últimos anos, trazendo dados sobre aprovação, reprovação e evasão, além médias nos últimos Índices de Desenvolvimento da Educação Básica/IDEBs.

O interesse na participação da comunidade para a elaboração da Proposta Pedagógica da escola visitada, foi ratificado durante nossa conversa com a coordenadora pedagógica, que informou terem sido tomadas diversas medidas para a participação das famílias e de toda a comunidade escolar na elaboração do documento. Tais medidas incluem o envio de pesquisas para coleta de dados, convites a encontros, discussões nas

reuniões pedagógicas, dentre outras. A importância do aspecto participativo do PPP é acentuada por Vasconcellos (2010) quando este afirma:

Que valor pode ter um pedaço de papel escrito? A teoria quando assumida por um grupo, transforma-se em “força material”. Na elaboração participativa do Projeto, todos têm oportunidades de se expressar, inclusive aqueles que geralmente não falam, mas que estão acreditando, estão querendo. (...) O processo de planejamento participativo abre possibilidades de um maior fluxo de desejos, de esperanças e, portanto, de forças para a tão difícil tarefa de construção de uma nova prática. Almeja-se também a partilha de todos os bens, sejam espirituais (decisão, planejamento), sejam materiais (recursos, lucros, perdas) (VASCONCELLOS, 2010, pág. 172).

Em diversos momentos é enfatizada a participação coletiva e o comprometimento de todos os segmentos na tomada de decisões. Princípios de convivência são revistos sempre que necessário e, após deliberação em assembleia e registro em ata, são divulgados no ambiente escolar, nas salas e áreas de circulação.

A Proposta Pedagógica, nos tópicos seguintes a essa exposição da escola e da comunidade escolar, passa a ficar mais conceitual e teórica, trazendo definições do que entende por: Ser Humano, Sociedade, Infância e Criança, Adolescência, Educação, Interdisciplinaridade e mais vários conceitos de caráter amplo que são definidos de acordo com a concepção filosófica presente na Proposta, embasando essas definições em documentos normativos, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e em autores como Libâneo (1994), Becker, Nascimento e Freitas (2016).

Chama-nos atenção a concepção de ensino-aprendizagem apresentada no PPP, a qual, cita Libâneo (1994), ao afirmar que aprender é tido como o processo de assimilação de qualquer forma de conhecimento, desde o mais simples até os mais complexos. Já ensinar, conforme o PPP, consiste citando Freitas (2016), como a atividade que tem por finalidade que o outro obtenha conhecimento. O professor age como um transmissor de conhecimentos e se utiliza de métodos e técnicas que tenham base principalmente no contexto local, ou seja, a necessidade do aluno é tomada como uma ponte para o ensino. Ensino-aprendizagem é, portanto, a relação entre os atos de ensinar e aprender.

O documento reserva ainda um espaço para delimitar os objetivos geral e específicos, citando a legislação nacional vigente, das etapas de ensino (inclusive Educação Infantil, também ofertada pela escola) e das modalidades de ensino (mormente a Educação Especial).

A exposição sobre currículo escolar, apresentada na Proposta Pedagógica, nos chamou especial atenção. Pois a escola não utiliza a BNCC na organização dos conteúdos

(os objetos de conhecimento e as habilidades) abordados nas disciplinas, e sim utilizam na organização curricular da escola o Documento Orientador Curricular para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental de Caxias do Sul (DOCCX). A Proposta Pedagógica da escola referência constantemente esse documento (DOCCX) ao tratar da organização curricular das disciplinas. Tal documento foi elaborado pela própria Secretaria Municipal de Educação. Adota como referência a BNCC e o Referencial Curricular Gaúcho (RCG), para elaborar um documento curricular próprio do município, que está mais próximo das particularidades locais, a ser utilizado por todas as escolas públicas da rede municipal.

O DOCCX também se encontra disponível para consulta no site do Portal da Educação do município. Trata-se de um documento extenso (559 páginas), nos moldes da BNCC, que apresenta os conteúdos programáticos em unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades.

Citamos aqui trecho do DOCCX que trata da necessidade de elaboração de um documento curricular local, para o município:

Identificou-se a urgência de defesa da identidade epistemológica do território, tendo em vista os pressupostos presentes nos documentos que constituem a Base Nacional Comum Curricular, bem como o Referencial Curricular Gaúcho (RCG), coadunando na dinamização do currículo, como um documento identitário do território de Caxias do Sul. Para tanto, a visão crítica e a valorização do saber científico e popular ancoraram-se aos atos humanitários e às narrativas históricas construídas pela diversidade de culturas que habitam aqui.

O Documento Orientador Curricular para Educação Infantil e Ensino Fundamental de Caxias do Sul (DOCCX), engendrado às dez Competências Gerais postuladas pela BNCC e à construção do RCG, está organizado de forma a garantir os processos que permitam o desenvolvimento das habilidades previstas para todos espaços educacionais de Educação Infantil e do Ensino Fundamental do território, com o objetivo de garantir as aprendizagens de forma espiralada, com foco central na superação das desigualdades e na equidade (CAXIAS DO SUL, 2019, p. 15)

No que diz respeito aos objetos de conhecimento e habilidades, apresentados no DOCCX, aos moldes da BNCC e do RCG, percebemos uma mescla de dados trazidos dos documentos que o embasam e ainda com o acréscimo de um conteúdo próprio. Nas habilidades, por exemplo, vemos serem apresentados códigos trazidos da BNCC (por exemplo, o EF01LP01), códigos retirados do Referencial Curricular Gaúcho (exemplo: EF01LP02RS-1) e bem códigos trazidos pelo próprio DOCCX (exemplo: EF01LP01CX) conforme a figura 5:

Figura 5: Área de conhecimento.

| ÁREA DO CONHECIMENTO: Língua Portuguesa | | | |
|--|---|--|---|
| Palavras-chave: leitura, escrita, oralidade, análise, comunicação, escuta. | | | |
| 1º ANO | | | |
| CAMPOS DE ATUAÇÃO | PRÁTICAS DE LINGUAGEM | OBJETOS DE CONHECIMENTO | HABILIDADES |
| Todos os campos de atuação | Leitura/escuta (compartilhada e autônoma) | Protocolos de leitura | EF01LP01 Reconhecer que textos são lidos e escritos da esquerda para a direita e de cima para baixo da página. |
| | | | EF01LP01CX Reconhecer palavras em textos via memória ou relacionados a sua experiência pessoal. |
| | Escrita (compartilhada e autônoma) | Correspondência fonema-grafema | EF01LP01CX Identificar seu nome em uma relação dada. |
| | | | EF01LP01CX Identificar as letras do seu próprio nome. |
| Análise linguística/semiótica (Alfabetização) | Conhecimento do alfabeto do português do Brasil | Construção do sistema alfabético/Convenções da escrita | EF01LP02CX Utilizar o desenho como forma de comunicação e representação. |
| | | Construção do sistema alfabético | EF01LP02RS-1 Diferenciar letra de número e de desenhos. |
| | | | EF01LP02CX Utilizar letras na escrita das palavras respeitando a hipótese de escrita do estudante. |
| | | | EF01LP02RS-3 Reconhecer e escrever o próprio nome. |
| | | | EF01LP02RS-4 Organizar palavras e imagens de acordo com a ordem alfabética. |
| | | | EF01LP02 Escrever, espontaneamente ou por ditado, palavras e frases de forma alfabética – usando letras/grafemas que representem fonemas. |
| | | | EF01LP03 Observar escritas convencionais, comparando-as às suas produções escritas, percebendo semelhanças e diferenças. |
| | | | EF01LP04 Distinguir as letras do alfabeto de outros sinais gráficos (<i>símbolo/letra/número</i>) |
| | | | EF01LP05CX Compreender diferenças entre a escrita alfabética e outras formas gráficas. |
| | | | EF01LP05 Reconhecer o sistema de escrita alfabética como representação dos sons da fala. |
| | | | EF01LP05CX Estabelecer relações entre grafemas e fonemas. |

Fonte: Proposta pedagógica da escola de Caxias do Sul.

A Proposta Pedagógica traz ainda uma discussão sobre os princípios metodológicos empregados na escola para promover o ensino. Citando o DOCCX, é estabelecido que o ato de aprender não é meramente passivo, recebendo conhecimentos prontos. Os conhecimentos dos alunos devem ser articulados com novos conhecimentos, envolvidos em investigações relacionadas ao contexto em que vivem. A escola afirma adotar a Metodologia Dialética de Construção do Conhecimento em Sala de Aula.

Tratando, por fim, da avaliação, a Proposta Pedagógica afirma estar de acordo com as premissas da BNCC, do RCG e do DOCCX, ao adotar a avaliação formativa de processo e de resultado. A escola não adota uma pontuação em notas, mas sim um sistema de “menções” em que os alunos recebem um parecer dentre quatro A (Atingiu), AP (Atingiu grande parte), AM (Atingiu minimamente) e NA (Não atingiu). Para estudantes do Atendimento Educacional Especializado, a avaliação ocorre por Parecer Descritivo, sem que estes sejam submetidos ao sistema de menções.

Relações entre os documentos norteadores com o local

O que constatamos vai ao encontro do que Santos (2000) sustenta como o momento de transição paradigmática. Existe um colapso do pilar de regulação por meio da interferência das políticas internacionais ou nacionais, com o de emancipação por meio da participação da comunidade na construção do Projeto Político Pedagógico. Este período transicional possui duas dimensões principais: uma epistemológica e outra

societal. Segundo Santos (2000) o projeto da modernidade possui o conhecimento regulação e o conhecimento emancipação. Enquanto os pontos extremos do primeiro são o caos (ignorância) e a ordem (conhecimento); o do segundo são o colonialismo (ignorância) e a solidariedade (conhecimento).

Na nossa análise, verificamos que a escola municipal atende aos pressupostos reguladores, ao se embasar nas referências curriculares nacionais. Busca a ordem, em meio ao caos das inúmeras demandas escolares, maior orientação da carga horária para a prática e menos para tempos de reflexão, formação docente. Por outro lado, revela fragmentos emancipatórios ao primar pela participação da comunidade na construção do PPP. É importante lembrar que o pilar da regulação, segundo Santos (2000) é composto pelo Estado, o mercado e a comunidade, enquanto no pilar da emancipação as três formas de racionalidade são: a estético-expressiva, a cognitivo instrumental e por último a racionalidade prático-moral do direito.

Não sabemos de que modo a comunidade participou efetivamente da construção do PPP da escola, mas sem dúvida é algo positivo a participação da comunidade para a elaboração da Proposta Pedagógica da escola. Ao aproximar a comunidade, as famílias com os educadores, é possível realizar uma maior integração entre o que se almeja para a escola em conexão com a realidade a qual está inserida. A função da escola consiste, segundo Libâneo (2016, p. 22), em organizar “ [...] conhecimento teórico-conceitual ao conhecimento pessoal vivido pelos alunos em suas práticas cotidianas na família e na comunidade [...]”. Trata-se de um duplo movimento, no qual os estudantes podem “[...] aplicar os conceitos internalizados nas suas situações concretas de vida”.

Conforme Coutinho (2008), uma escola cujo PPP é elaborado democraticamente com a participação dos envolvidos, resiste às orientações do Banco Mundial e se contrapõe ao Plano de Desenvolvimento da Educação/PDE, ou seja, aos padrões pré-determinados. A construção participativa do PPP envolve a ressignificação e resgate de experiências que refletem suas práticas e demonstram seus saberes.

Por outro lado, é com olhar atento que percebemos uma padronização presente na organização curricular das escolas, quando seguem a BNCC na organização dos conteúdos (os objetos de conhecimento e as habilidades) além do Documento Orientador Curricular para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental de Caxias do Sul (DOCCX) e o Referencial Curricular Gaúcho (RCG).

Uma vez que cada escola apresenta sua singularidade, estas situações devem passar o currículo escolar, a escolha dos temas a serem trabalhados, a seleção dos conteúdos. O educador é parte de uma construção coletiva, na qual suas capacidades e habilidades envolvem o espírito criativo para estabelecer conexão com o cotidiano

escolar. Libâneo (2016) questiona de que forma as condições sociais de vida dos alunos e suas vivências socioculturais podem ser associadas com os conteúdos científicos, ou seja, é preciso fazer um caminho de ida e volta entre os conceitos cotidianos e os conceitos científicos. Todavia, do modo como a escola vem estabelecendo relação com os conteúdos nacionais, estaduais e municipais, não torna possível o movimento interativo entre o que é elaborado por outrem e o que é elaborado pelos profissionais do chão da escola.

Considerações Finais

A Proposta Pedagógica apresenta um documento sucinto, no qual são abordadas principalmente questões e dados atrelados à comunidade e ao ambiente escolar, bem como posições filosóficas que norteiam as diretrizes da escola. Por sua vez, sinalizam alguma autonomia da escola em face da organização curricular. Não verificamos uma maior conexão entre a realidade escolar com os documentos norteadores como o DOCCX, documento usado de forma comum pelos professores de todas as escolas públicas do município que, em discussão com a escola e seus dirigentes (direção e coordenação pedagógica), utilizam esse documento para o seu planejamento semestral ou anual das disciplinas. Portanto, na região de Caxias do Sul, o município expressa tentativas de construção do Projeto Político Pedagógico na qual considere princípios emancipatórios como a participação da comunidade ou a elaboração de um currículo municipal com base na realidade local.

Quanto às possíveis conexões do PPP da escola analisada com as proposições das políticas internacionais, realmente as fontes de investigação, não fornecem informações que confirmem as interferências externas na construção do PPP da escola. Talvez fosse possível comprovar por meio de outros estudos que apresentassem uma redução dos gastos dos governos com a educação do município, uma vez que o Banco Mundial afirma que o Brasil gasta mal e mais do que pode.

Em síntese, conforme pontuam Guerra e Figueiredo (2021), sobre esta visão do Banco Mundial de que o Brasil gasta mais do que o necessário, quem sabe outro estudo possa comprovar a redução do gasto com os ensinos fundamental e médio, por meio do aumento do número de alunos por professor em vários locais. Nesse sentido, discordamos que a baixa razão aluno/professor seria a principal causa de ineficiência (BANCO MUNDIAL, 2017). Pois segundo o Banco Mundial a baixa ineficiência seria resolvida pela não contratação de profissionais para substituir aqueles que deixarão o cargo futuramente. Outra forma de apresentar as proposições do Banco Mundial seria comprovar o aumento do tempo em atividades de ensino para o professor e, no caso, o

tempo em sala de aula. Tudo isso além de mostrar o controle de resultado, na aquisição de competências e no excesso de responsabilidades. E por que não, verificar se estão sendo sugeridos aos professores, planos de aula elaborados pelos níveis centrais, com roteiro previamente prescrito.

Referências

- BONAMINO, Alicia; SOUSA, Sandra Maria Zákia Lian. **Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012.
- BANCO MUNDIAL. **Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil.** Brasília, DF: World Bank Group, 2017.
- BOURDIEU, Pierre. Escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CAXIAS DO SUL. Portal Da Educação. Documento Orientador Curricular para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental de Caxias do Sul (DOCCX). 2019. Disponível em: <https://educacao.caxias.rs.gov.br/documento-orientador-curricular-para-a-educacao-infantil-e-o-ensino-fundamental-de-caxias-do-sul-doccx>. Acesso em setembro de 2022.
- COUTINHO, R. L. Projeto Político Pedagógico uma experiência de construção de identidade no exercício da democracia. In RODRIGUES, P. S. e DRAGO, R. **Projeto Político Pedagógico “Juntos construindo uma nova escola”.** Vitória, Aquarius, 2008.
- EYNG, Ana Maria. **Projeto pedagógico: construção coletiva da identidade da escola, um desafio permanente.** Revista Educação em Movimento, Curitiba. V. 1 – n.1 p. 25-32. jan/abril 2002.
- FREITAS, Luiz Carlos de. **Caminhos da avaliação de sistemas educacionais no Brasil: o embate entre a cultura da auditoria e a cultura da avaliação.** In: BAUER, Adriana.; GATTI, Bernadete A. (Org.). Vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil. Florianópolis: Insular, v. 2. 2013. p. 147-176.
- GUERRA, D.; FIGUEIREDO, I. M. Z. (2021). Proposições do Banco Mundial para a política educacional brasileira (2016-2018). **Educação e Pesquisa**, 47, e231359. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147231359>>.
- LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização.** 10º ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção Docência em Formação).
- LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** 6ª ed. Goiânia: Do Autor, 2013.
- LIBÂNEO, José Carlos. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. In: Cadernos de Pesquisa v.46 n.159 p.38-62 jan./mar. 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cp/a/ZDtgY4GVPJ5rNYZQfWyBPPb/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 25 de setembro de 2022.

LUDKE, Menga; MARLI, André M.E. D. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LUDKE, M.; CRUZ, G. B. DA. Contribuições ao debate sobre a pesquisa do professor da educação básica. Formação Docente - **Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, v. 2, n. 3, p. 86-107, 18 dez. 2010. Disponível em: Disponível em: <https://revformacaodocente.com.br/index.php/rbfp/article/view/20/18> . Acesso em 01 de jul. 2021.

MENEGÃO, Rita de Cássia Silva Godoi. **Os impactos da avaliação em larga escala nos currículos escolares**. Práxis Educativa, Ponta Grossa, PR, v. 11, n. 3, 2016.

MORETO, J. A. Formação continuada de professores - professores excelentes: proposições do Banco Mundial. **Revista Brasileira De Educação**, 25, e250047. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782020250047>>. Acesso em 03/09/23.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; FLORES, Fábio Fernandes; ALMEIDA, Claudio Bispo de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Práx. Educ.**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60-77, out. 2021. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-26792021000500060&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 27 ago. 2023. Epub 25-Nov-2021. <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i48.9010>.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual financeiro (1944-2008)**. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense. Departamento de História, 2009. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2009_PEREIRA_Joao_Marcio_Mendes_S.pdf> Acesso em: 23/08/23.

PEREIRA, J. M. M.; PLETSCHE, M. D. A agenda educacional do Banco Mundial para pessoas com deficiência e o caso brasileiro. **Revista Brasileira De Educação**, 26, e260057. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782021260057>>. Acesso em 03/09/23

RONKO, Marcela. O Banco Mundial no campo internacional da educação. In: PEREIRA, João Márcio Mendes; PRONKO, Marcela (Org.). A demolição de direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980-2013). Rio de Janeiro: **EPSJV**, 2015. p. 89-112. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/13399>. Acesso em: 26/08/23.

RODRIGUES, Jean Douglas Zeferino. **Gerencialismo e responsabilização: repercussões para o trabalho docente**. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2020.

RODRIGUES P. S.; DRAGO, R. Do sonho à realidade O Projeto Político Pedagógico e seu processo constitutivo na EMEF Irmã Jacinta Soares de Souza Lima. In: RODRIGUES, P. S. e DRAGO, R. **Projeto Político Pedagógico “Juntos construindo uma nova escola”**. Vitória, Aquarius, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A crítica da razão indolente – Contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez. 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Gramática do Tempo**: para uma nova cultura política. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008 (Coleção para um novo senso comum).

SILVA, Maria Abádia da. Do projeto político do Banco Mundial ao projeto político-pedagógico da escola pública brasileira. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 23, n. 61, p. 283-301, dezembro 2003 . Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 25/08/23.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico**: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 8ª ed. São Paulo: Libertad Editora, 2007.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento**: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico - elementos metodológicos para elaboração e realização. 21ª ed. São Paulo: Libertad Editora, 2010.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político Pedagógico**: uma construção possível. Campinas: Papyrus, 1995.

Recebido: 20.04.2023
Aprovado: 19.09.2023
Publicado: 26.09.2023